

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.245 - MG (2018/0262719-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : IOLANDA COELHO
RECORRENTE : MARIA DO CARMO SANTANA - ESPÓLIO
REPR. POR : WILSON EUSTAQUIO DE SA - INVENTARIANTE
ADVOGADO : IOLANDA COELHO (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO -
MG039507N
RECORRIDO : HAYLA MARQUES FRANCA
ADVOGADO : HAYLA MARQUES FRANCA (EM CAUSA PRÓPRIA) -
MG130443

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. VIOLAÇÃO E SÚMULA. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. PRORROGAÇÃO CONTRATUAL TÁCITA. AUSÊNCIA DE CIÊNCIA DO FIADOR. RESPONSABILIDADE AFASTADA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Ação de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/2015, rejeitam-se os embargos de declaração.
4. O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
5. O fiador na locação não responde por obrigações resultantes de aditamento ao qual não anuiu (Súmula 214/STJ).
6. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por IOLANDA COELHO e OUTRA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 24/05/2018.

Concluso ao gabinete em: 31/10/2018.

Ação: de inexistência de débito cumulada com indenização por

Superior Tribunal de Justiça

danos morais ajuizada pela HAYLA MARQUES FRANCA em face de IOLANDA MÓVEIS e MARIA DO CARMO SANTANA - ESPÓLIO, em razão de débitos em contrato de locação.

Sentença: julgou improcedente o pedido.

Acórdão: deu provimento à apelação interposta por HAYLA MARQUES FRANCA, nos termos da seguinte ementa:

"APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - CONTRATO DE LOCAÇÃO - ADITAMENTO CONTRATUAL - AUSÊNCIA DE ANUÊNCIA DO FIADOR - RESPONSABILIDADE DO GARANTE AFASTADA - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 214 DO STJ - INSCRIÇÃO INDEVIDA DE NOME EM CADASTROS RESTRITIVOS DE DÉBITO - DANOS MORAIS PRESUMIDOS - CONFIGURAÇÃO. O fiador na locação não responde por obrigação resultante de aditamento ao qual não anuiu. Inteligência do artigo 214 do Superior Tribunal de Justiça. A existência inequívoca de restrição creditícia por dívida não legítima, por si só, configura dano moral indenizável. A indenização por dano moral deve ser arbitrada segundo o prudente arbítrio do julgador, sempre com moderação, observando-se as peculiaridades do caso concreto e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo que o quantum arbitrado se preste a atender ao caráter punitivo da medida e de recomposição dos prejuízos, sem importar, contudo, enriquecimento sem causa da vítima." (fl. 128, e-STJ).

Embargos de Declaração: opostos pelas recorrentes, foram parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes.

Recurso especial: alega violação dos arts. 1.022 e 1.025 do CPC/2015, 18, 39, 40 e 47 da Lei 8.245/91, 823, 835, 838 do CC, ofensa à Súmula 214/STJ e a presença de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, i) a negativa de prestação jurisdicional, ii) a ausência de novação de contrato de aluguel permanecendo inalteradas as garantias contratuais da fiadora, e iii) a devida notificação da fiadora sobre os ajustes locatícios inadimplidos.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

1. Da violação de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

2. Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca da responsabilidade da fiadora pelos débitos locatícios, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

3. Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais

O TJ/MG fundamentou a ausência de responsabilidade da fiadora ante o aditamento contratual entre locador e locatária sem a anuência daquela, nos seguintes termos:

"(...) após o término do contrato no qual figurou a autora/apelante como fiadora, houve verdadeiro aditamento contratual

entre locador e locatária para prorrogá-lo mediante aumento do valor do aluguel mensal sem a anuência dela, autora, o que exclui a sua responsabilidade pela nova obrigação assumida pela locatária.

No caso específico dos autos, não houve mera prorrogação do contrato de locação, mera continuidade dos deveres e obrigações já pactuados entre as partes, mas aditamento contratual, com celebração de novos ajustes, de modo a se complementarem os anteriores, sendo necessária e plenamente justificada a expressa anuência da fiadora, para os fins de responsabilidade pelas novas obrigações assumidas pela locatária.

E, do documento de folhas 28, consta que o nome da autora foi incluído em 1010412012 nos cadastros restritivos de crédito pela ia ré, em razão de débito no valor de R\$1 .652,00, vencido em 20/0112012, ou seja, quando já vigente o novo valor do aluguel mensal (R\$700,00, a partir de julho de 2011), majorado em quase 40%, considerado o valor do último reajuste (R\$496,00), feito quatro meses antes (março de 2011).

Não vejo, assim, como possa prevalecer a responsabilidade da fiadora pelo pagamento dos encargos inadimplidos, decorrentes do aditamento da relação locatícia noticiada nos autos." (fls. 131/132, e-STJ).

Alterar o decidido no acórdão impugnado exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

4. Da Súmula 568/STJ

O TJ/MG, ao afastar a responsabilidade da fiadora, alinhou-se ao entendimento do STJ no sentido de que o fiador na locação não responde por obrigações resultantes de aditamento ao qual não anuiu (Súmula 214/STJ).

Logo, o recurso especial não merece provimento, com base na Súmula 568/STJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição

Superior Tribunal de Justiça

deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em R\$ 300,00 (trezentos reais) devidos pelas recorrentes.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora

